

Dois mil lobistas procuraram persuadir os constituintes

Da Sucursal de Brasília

Mais de dois mil lobistas — numa proporção de quatro para uma cada parlamentar — acompanharam discretamente, mas atentamente, cada passo dado pelo Congresso constituinte até agora. A fase decisiva de seu trabalho, porém, começou esta semana, quando as propostas, primeiro dispersas em 24 subcomissões e que depois desaguarão em oito comissões, se afunilaram em uma só grande comissão, a de Sistematização.



Os lobistas — profissionais contratados para convencer parlamentares a votar contra ou a favor de determinadas propostas — trabalham para escritórios de representação de interesses, para a própria entidade ou empresa interessada ou, ainda, para o governo. Isso sem contar, é claro, sindicalistas, agricultores, religiosos, profissionais liberais, empregadas domésticas e um sem número de manifestantes que vêm a Brasília para fazer pressão sobre os constituintes.

A partir de agora, o Palácio do Planalto, que só vinha se ocupando da questão do mandato de Sarney, passa a exercer sua influência sobre "os problemas maiores do país", como disse o presidente Sarney em sua entrevista coletiva de terça-feira passada. As discussões passam a se travar em torno de propostas concretas. E quem não se manifestar não poderá reclamar depois.

"Acabou o foguetório e as declarações de intenções". Agora a Constituição vai ser escrita", avisa Saíd Farhat, dono da Semprel S.A., a maior empresa de "lobby" conhecida no país, com quatorze clientes fixos: seis grupos nacionais, cinco grupos estrangeiros e três associações patronais.

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) mandou colocar uma pla-

ca na porta de seu gabinete: "Não antecipo meu voto. Favor não insistir". O deputado Roberto Freire (PCB-PE), depois de responder algumas dezenas de pesquisas, concluiu: "Os grupos econômicos já sabem tudo sobre o que poderá sair daqui".

A sofisticação dos grupos de pressão chegou a tal ponto que, além de levar aos constituintes informações que os convencem de determinadas teses, eles desenvolvem também hábeis técnicas de neutralização do "lobby" antagonístico. Aterrissaram em mesas estratégicas do Congresso constituinte textos prontos que acabaram incorporados a todos os oito anteprojatos já aprovados.

Em papel timbrado do escritório de advocacia do consultor-geral da República, Saulo Ramos, capítulos inteiros para a futura Constituição chegaram ao gabinete do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Na Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o deputado José Maria Eymael (PDC-SP) chegou a entregar uma emenda com o papel timbrado de uma grande construtora e incorporadora paulista.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que faz o "lobby" da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), não deixou por menos. Dentro do plenário do Senado, onde nem mesmo os jornalistas credenciados ingressam, o presidente da entidade, Ulysses Riedel, sutilmente, lembrava aos parlamentares da Comissão da Ordem Social que votar contra as propostas do Diap lhes custaria o título de "inimigo do trabalhador", numa campanha de retaliação a ser desencadeada em todo o país.

Em uma de suas publicações ("Quem quer o quê na Constituição?"), dirigidas basicamente para o empresário, a Semprel elige o "lobby" do Diap como o mais poderoso de todos em Brasília. Em segundo lugar fica o "lobby" da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB). Nas setenta páginas da publicação não há uma menção sequer ao "lobby" das indústrias automobilísticas, farmacêuticas, do fumo ou do sistema financeiro. Não se fala também no "lobby" dos produtores rurais nem no dos demais setores empresariais.

Exagerar o poder do adversário, distorcer seus objetivos ou mesmo, eventualmente, não revelar o que realmente se pretende faz parte do jogo. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), na Comissão da Ordem Social, pedia aos jornalistas que não divulgassem a emenda propondo a reforma agrária e onde, em vez do direito à terra o seu autor, deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), usou a expressão direito "à propriedade na forma individual cooperativa, condominial, comunitária ou mista", o que abriria caminho para um tipo de socialização de outros meios de produção, no futuro.

Não revelar o que se pretende, muitas vezes, é estratégico. Foi o que constatou, por exemplo, o ex-embaixador dos EUA no Brasil, Diego Ascencio. Antes de voltar ao seu país, Ascencio ensinou ao seu sucessor que, no Brasil, quando se emocionaliza uma discussão, o melhor "lobby" que um estrangeiro pode fazer é manter-se o mais longe possível dela.

"Antigamente", conta o lobista Saíd Farhat, utilizando-se de uma anedota comum no meio, "havia o 'lobby' festeiro, o 'lobby' maleiteiro e o 'lobby' marreteiro, mas hoje já saímos da Idade Média do 'lobby' no Brasil". O "lobby" festeiro, a que se referiu Farhat, é o que se vale de ocasiões sociais especialmente preparadas para aproximar pessoas. O maleiteiro é o que convence em espécie e o marreteiro, na base da "picaretagem".

"Num país moderno, não se resolve problemas em torno de uma rodada de uísque, com a maleta e nem com a picareta", afirma o lobista, "para quem quer soluções de fundo, a longo prazo, o único caminho para o lobby profissional é o de informar, esclarecer, para persuadir".



Jobim, um sistemático na sistematização

RITA TAVARES
Repórter do Sucursal de Brasília

Municiado de conceitos de filosofia analítica e de lógica matemática, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), 41, um dos quatro relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, vem surpreendendo no Congresso constituinte por sua desenvoltura para costurar acordos com os mais variados interlocutores. Além de aplicar a lógica para negociar, o deputado afasta o "cipóal de artigos" para enxergar apenas a estrutura matemática da nova Constituição. "Isso determina uma postura histórica. O projeto de uma Constituição é o trânsito futuro de uma sociedade", diz Jobim, um parlamentar de centro (segundo levantamento feito pela Folha, publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro).

Segurando uma cuia com chimarrão, Jobim diz que, aplicadas à política, a filosofia e a lógica dão uma "visão global do processo". "Sem essa visão, a tendência é se ter um tratamento único para todos os problemas e todas as fases", afirma. Estreando na vida política, Jobim aliou-se a Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, e juntos trabalham na Comissão de Sistematização. A proximidade nasceu do trabalho de elaboração do regimento do Congresso constituinte, em fevereiro.

Metódico e disciplinado, Jobim fixa anualmente suas metas, que vão, até, ao número de livros que serão lidos a cada mês. "Não se pode chegar tarde ao dia", diz. Para cumprir este mandamento, o deputado acordou às 5h30 e tem o que chama de uma "antemanhã". Antes de entrar no mundo da política, lê um livro de poesia, faz uma caminhada ou mesmo exercícios físicos. Primo distante do compositor Tom Jobim, o deputado não conhece pessoalmente o músico.

Mestrado

Depois de ter cursado Direito em Porto Alegre (RS), Jobim trabalhou em seu escritório de advocacia por catorze anos, antes de dedicar-se, durante as manhãs de dois anos, entre 1982 e 1984, ao curso de mestrado em filosofia analítica e lógica matemática, na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Estimulado por dois professores argentinos, começou a aplicar os complicados conceitos matemáticos e filosóficos aos problemas jurídicos. Jobim não escreveu sua dissertação de mestrado. Preferiu disputar, com



Jobim acordou às 5h30, lê poesia, caminha ou faz exercícios, antes de dedicar-se ao anteprojeto de Constituição

sucesso, a vice-presidência da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1985.

"A função do parlamentar é explicitar a angústia da sociedade", diz Jobim, poupano de críticas seus pares no Congresso constituinte. Mas ele acaba admitindo que o nível cultural dos constituintes é, no máximo, "razoável". Utilizando-se de conceitos de matemática e de teoria da linguagem, Jobim trabalha na Sistematização pondo de lado todos os conceitos semânticos e analisando a estrutura do texto constitucional. "A Constituição é um universo com vários universos internos. Cada universo tem uma consistência, que não pode excluir a outra e deve resultar numa consistência geral", afirma.

Depois de comparar 46 constituições estrangeiras, Jobim concluiu que a disposição dos títulos e capítulos resume o perfil de uma Constituição. Segundo o deputado, é o "mo-

mento da concentração total", depois de uma "pulverização atômica" do trabalho entre os constituintes. "Todo ordenamento jurídico é uma fórmula de controle social, que pretende reproduzir um modelo social", diz Jobim, que acrescenta ter um "universo de negociação mais amplo", porque não se atém à "função técnica" das palavras.

Numa discussão sobre reforma agrária, Jobim dispensa o conceito de "função social" da propriedade privada. "Essas palavras não têm significado. Só têm função técnica", diz, alçando a lógica matemática. Se o interlocutor do deputado for confrontado com uma série de requisitos que totalizam a função social de uma propriedade e discordar de um deles, terá uma discordância irredevel com a conceituação. Nesse caso, a discussão sai do campo da negociação para uma defesa apaixonada e semântica. "É importante

saber as regras de uso de determinadas palavras", sustenta Jobim.

Segundo a mesma trilha dos partidos de esquerda, Jobim acredita que o Brasil deva ter uma Constituição mais longa do que a defendida pelos "conservadores". "Se a sociedade brasileira fosse homogênea, as regras seriam reduzidas", diz. Jobim foi eleito com 28.451 votos. Destes, 15.808 vieram de sua cidade natal, Santa Maria, no vale do Jaguarí. Neto de Walter Jobim, o primeiro governador eleito diretamente no Estado, o deputado recebeu em sua campanha apoio decisivo do ex-deputado João Gilberto (PMDB).

A única folga na vida pragmática de Jobim é o jazz. Fã de Miles Davis, B.B. King e Dexter Gordon, o deputado apresentava um programa de rádio na Cultura FM de Santa Maria nas noites de sábado. Com a mudança para Brasília, o programa saiu do ar.

Propostas de iniciativa popular aceleram coleta de assinaturas

MARCELO COPPOLA

Redator da Folha

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte promove amanhã uma noite de autógrafos em apoio a sua proposta de emenda constitucional. O evento acontecerá a partir das 18h30 na Sala da Constituinte da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco (centro paulistano), contando com a participação de artistas, políticos e membros da comunidade acadêmica. A proposta do Plenário à futura Carta consiste, entre outras coisas, na possibilidade de que setenta mil eleitores apresentem projetos de lei e que um número de eleitores igual a 1% do eleitorado nacional possa propor emendas à Constituição.

Quem comparecer à noite de autógrafos terá à disposição também listas de apoio a outras 24 propostas constitucionais disponíveis na Sala da Constituinte. Cada eleitor pode assinar no máximo três propostas de emenda constitucional. O artigo 24 do regimento interno do Congresso constituinte permite a apresentação de propostas de emenda ao projeto de Constituição desde que inscritas por no mínimo trinta mil eleitores, em listas organizadas por três entidades legalmente constituídas. A proposta do Plenário tem o apoio de oito entidades, entre as quais a Comissão Brasileira de Justiça e Paz e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e já obteve, segundo a coordenação do movimento, o número necessário de assinaturas para a sua apresentação ao Congresso constituinte.

Outras propostas

Apesar do noite de autógrafos ter como objetivo a divulgação e consequente fortalecimento da proposta do Plenário, outras propostas poderão ser inscritas na Sala da Constituinte. Quatro delas são patrocinadas, pela CNBB: em defesa da liberdade religiosa, de uma nova ordem econômica, dos direitos da família e de uma "educação fundamental de qualidade sem qualquer discriminação".

Os favoráveis ao "serviço civil patriótico", como alternativa ao "serviço militar obrigatório", poderão assinar uma proposta apoiada por entidades evangélicas. Seu artigo 1º declara: "Todo jovem, quando alistar-se nas Juntas de Serviço Militar, poderá fazer uso, por motivo de objeção de consciência, da alternativa de prestar um serviço civil patriótico". Esse serviço seria dirigido ao atendimento das populações carentes e à preservação do meio ambiente.

Já a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), em uma de suas propostas, defende que a despesa individual dos cidadãos com o transporte coletivo não ultrapasse 6% do salário mínimo. Outra proposta da Conam determina que "o direito de moradia precede e predomina sobre o direito de propriedade", obrigando-se a União a destiná-lo no mínimo 15% de sua receita tributária para a implementação de programas de habitação popular e os Estados e Municípios 25%.

Nações indígenas

Há também propostas em defesa das nações indígenas, patrocinadas pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Anai (Associação Nacional de Apoio aos Indígenas), Movimento

de Justiça e Direitos Humanos e Opan (Operação Anchieta), da reforma agrária patrocinada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), CGT, CUT, entre outras entidades.

Há também uma proposta que incentiva o serviço público de assistência jurídica, que propõe uma nova regulamentação para os meios de comunicação.

Pelo cronograma do Congresso constituinte, as propostas de iniciativa popular (como são conhecidas as propostas inscritas por trinta mil eleitores) deverão ser apresentadas aos constituintes entre 15 de julho e 15 de agosto, quando o primeiro projeto da nova Carta estiver sendo discutido em plenário. Resta, portanto, pouco tempo para que as entidades consigam as assinaturas necessárias.

Deise Jankovic — que está coordenando em São Paulo o trabalho de coleta de assinaturas da proposta da Associação Protetora dos Animais (Apaffa), Liga de Prevenção à Crueldade contra o Animal e da União dos Defensores da Terra (Oikos) — está preocupada com a possibilidade de não conseguir o número mínimo de signatários. "A maior dificuldade é que a maioria das pessoas não anda nas ruas acompanhada do seu título de eleitor", afirma. Pelo regimento interno do Congresso constituinte, é necessário que, ao lado da assinatura do eleitor, conste seu nome completo, endereço e dados do seu título eleitoral. A proposta da Apaffa, da Liga de Prevenção à Crueldade e da Oikos determina que "os animais existentes no território nacional são tutelados pelo poder público, vedando-se na forma da lei, as práticas que os submetam à crueldade e condições inaceitáveis de existência".

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo, Manoel Henrique Farias Ramos, 48, mostra-se mais otimista. Ele diz que, a proposta de sua entidade (junto a dezenas de sindicatos varejistas de todo o país), tem por enquanto cerca de vinte mil assinaturas, mas deve "chegar ao número mínimo". O sindicato defende, no artigo 1º de sua proposta, que "qualquer exportação de produtos alimentícios deve ser encaminhada ao Congresso para a devida discussão e merecer ou não sua apreciação". "Isso fará com que a distribuição interna seja beneficiada", afirma Ramos.

Luís Baggio Neto, 32, da coordenação do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, diz também que a proposta da entidade "chega lá", ao comentar a exigência regimental. "De qualquer forma, é importante para nós que seja mantido o que foi determinado pelo relatório da Subcomissão das Minorias, que incorporou as nossas principais propostas", afirma.

Espirítas

Os espirítas tentarão conseguir os votos dos constituintes espirítas e não-espirítas para a aprovação em plenário de uma proposta — de entidades espirítas de todo o país e coordenada pelo Grupo Espirita de Iniciativas Doutrinárias — que deferiu a inclusão na futura Carta do "direito à mediunidade". Dessa forma, estariam garantidos o direito e a prática da mediunidade para fins de experimentações científicas, assistência espiritual e tratamento auxiliar por intermédio de passes.

Cronograma prevê projeto pronto até 15 de julho

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), já tem em mãos os relatórios de sete comissões temáticas do Congresso constituinte e os três relatórios das subcomissões da Comissão da Família, do Menor e do Idoso, Cultura, Comunicação e da Ciência e Tecnologia (cujo relatório final não foi concluído até a data-limite de 15 de junho).

Agora, Cabral tem um prazo — até o próximo dia 26 — para apresentar seu anteprojeto de Constituição, a ser analisado pelos outros membros da Sistematização e, logo após — em 15 de julho —, a redação final do projeto para discussão pelo plenário do Congresso constituinte. Os próximos passos são detalhados a seguir:

Constituição. O trabalho do relator apenas compatibiliza os projetos apresentados pelas oito comissões temáticas. Não pode, portanto, apresentar qualquer inovação.

27 de junho (sábado) — É a data de distribuição dos avulsos (cópias) do trabalho do relator aos membros da Comissão de Sistematização.

28 de junho (domingo) — É o início do prazo de cinco dias para que os membros da Comissão de Sistematização apresentem emendas ao anteprojeto do relator. Essas emendas não podem acrescentar qualquer inovação ao anteprojeto. Devem somente aperfeiçoar o processo de compatibilização entre os relatórios das oito comissões temáticas.

2 de julho (quinta-feira) — Final do prazo de cinco dias destinado ao recebimento de emendas.

7 de julho (terça-feira) — O relator apresenta seu parecer sobre as emendas, juntamente com o primeiro projeto de Constituição.

8 de julho (quarta-feira) — Distribuição dos avulsos (cópias) do parecer sobre as emendas e do projeto de Constituição) aos membros da Comissão de Sistematização.

9 de julho (quinta-feira) — A Comissão de Sistematização discute o primeiro projeto de Constituição.

10 de julho (sexta-feira) — A Comissão de Sistematização vota o projeto de Constituição e as emendas.

11 de julho (sábado) — Distribuição de avulsos (cópias) para a elaboração da redação final. Começa a correr o prazo de três dias para que o relator da Comissão de Sistematização apresente parecer.

13 de julho (segunda-feira) — O relator apresenta a redação final do projeto de Constituição. Avulsos (cópias) são distribuídos aos membros da Comissão de Sistematização.

14 de julho (terça-feira) — A Comissão de Sistematização discute o projeto e deve chegar ao seu texto final.

15 de julho (quarta-feira) — A Comissão de Sistematização vota a redação final do projeto. O projeto é encaminhado ao plenário do Congresso constituinte.

16 de julho (quinta-feira) — Publicação e distribuição do avulso do projeto de Constituição.

17 de julho (sexta-feira) — Início da discussão pelo prazo de quarenta dias do projeto de Constituição. Começa a ser contado o prazo de trinta dias para que o plenário do Congresso constituinte apresente emendas ao projeto. Nesse período poderão, também, ser apresentadas emendas de cidadãos. Para isso, cada emenda deverá contar com trinta mil assinaturas e ser patrocinada por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas.